

Servidor e governo longe de acordo sobre o reajuste

FUNCIONALISMO

Reajuste zero trava negociação

Em nova reunião, Ministério da Gestão condiciona possível correção salarial ao aumento na arrecadação de impostos

» RAPHAEL PATI

Terminou frustrada a 7ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o governo federal e servidores públicos em torno do reajuste salarial em 2024. O governo manteve a decisão de não conceder reajuste este ano e só promover novo aumento, de 9%, entre 2025 e 2026. Ao final do encontro, o secretário de Relações do Trabalho do

Ministério da Gestão e Inovação (MGI), José Lopez Feijó, convocou uma nova reunião para maio ou junho, para uma nova tentativa. Segundo o secretário, neste prazo, será possível saber se haverá incremento na arrecadação federal, o que possibilitaria um reajuste.

Em nota, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) informou que as mobilizações serão intensificadas, visto que a proposição

defendida pela categoria não foi aceita. Em janeiro, os servidores apresentaram duas contrapropostas, uma sugerida pelo Fonacate, de 34,32%, com os reajustes feitos em três parcelas de 10,34% e outra, apresentada pelo Fonacate, de 22,71%, prevendo que o reajuste seja efetuado em três parcelas de 7,06% entre 2024 e 2026.

Além disso, o governo propôs um aumento nos valores de auxílios, a serem a pagos a partir de

maio deste ano. Pela proposta, o auxílio-alimentação passaria de R\$ 638 para R\$ 1.000, o auxílio saúde, de R\$ 144 para R\$ 215, e o auxílio-creche, de R\$ 321 para R\$ 484,90.

Para o presidente do Fonacate, Rivaldo Marques, o sentimento da categoria é de insatisfação. "Não tem como os servidores arcarem com esse prejuízo de ficar com seu salário congelado por mais um ano. A gente não vai

assinar nenhum acordo sem reajuste para 2024. O governo que arque com esse desgaste junto ao funcionalismo. E nós vamos pagar para ver", disse, ao **Correio**.

"Enquanto isso, nesses três meses, nós vamos intensificar as mobilizações. As universidades já estão falando em parar, a gente já tem aí uma paralisação em curso do Banco Central, os fiscais agropecuários estão parando, eventualmente, o pessoal do INSS está com mobilização

se intensificando, então a gente vai continuar escalando o movimento nesses próximos meses", acrescentou Marques.

Durante a reunião, Feijó recordou que, para definir reajustes em 2024, será necessário aguardar o primeiro Relatório Bimestral de Receitas e Despesas de 2024, com divulgação prevista para março.

***Estagiário sob a supervisão de Edia Luta**

Taxa reduzida no consignado

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou a redução no teto de juros dos empréstimos consignados de pensionistas e aposentados da Previdência. A redução do teto de 1,76% ao mês para 1,72% ao mês, decidida na reunião de ontem, é a terceira revisão dos juros, depois do CNPS realizar cortes semelhantes nas duas últimas reuniões, em janeiro e dezembro.

A decisão de redução, que vale para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além da modalidade de empréstimo consignado, também atinge as operações com cartão de crédito e cartão consignado de benefício, que passam a ter uma taxa máxima de 2,55% ao mês, contra os 2,61% anteriores.

A decisão só passa a valer cinco dias depois de publicada no Diário Oficial da União (DOU).

A proposta de redução aprovada foi defendida pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, a partir das quedas na taxa de juros básica da economia (Selic). "Nos entendemos que essa redução acompanha o momento que nosso país está vivendo, de redução dos juros e aquecimento da economia", disse Lupi, acrescentando que espera, com a medida, diminuir o endividamento de aposentados e pensionistas.

Representantes do setor financeiro que participam do conselho não concordam com a estratégia de Lupi, mas vêm sendo voto vencido nas últimas reuniões do colegiado. Segundo os representantes das entidades financeiras, a Selic não seria um bom indicativo para esses empréstimos, o que, segundo os bancos, pode causar uma redução na oferta de empréstimos para esse público.

Reservadamente, fontes no Ministério da Previdência dizem não temer uma nova crise como a que aconteceu em março de 2023, quando, no terceiro mês de gestão, o Conselho reduziu de 2,14% para 1,70% ao mês a taxa máxima do consignado levando até mesmo os dois grandes bancos públicos, o Banco do Brasil e a Caixa a suspenderem a comercialização dessas linhas de crédito até uma revisão desse teto. Neste momento, diversas entidades financeiras já praticam taxas abaixo do novo teto, apontam essas fontes.

Essa também é a aposta do presidente do INSS, Alessandro Stefanuto, que mesmo sem participar do CNPS, comemorou a nova queda do consignado, mas pediu atenção aos segurados, pois taxas ainda mais baixas podem ser encontradas. "O CNPS estipula o teto, que é o máximo que as instituições podem cobrar de juros, mas nada impede que as taxas sejam menores. Basta consultar no Meu INSS a relação de instituições e os juros que elas cobram", disse Stefanuto, ao **Correio**.

A expectativa na Previdência é de que a taxa ainda caia mais nas próximas reuniões do Conselho, que criou um grupo de trabalho que estuda uma metodologia permanente para, automaticamente, manter ajustado o teto da taxa do consignado. "Com o grupo, poderemos aprofundar essa discussão, para chegarmos a um método que ajuste automaticamente essas taxas", defendeu o ministro Lupi. (RP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Página:** 7